

A busca do equilíbrio

A necessidade de poupança externa para buscar o equilíbrio do balanço de pagamentos e a crise energética são as maiores possibilidades para o desenvolvimento de um maior grau de independência econômica do Brasil em relação aos seus parceiros. Apesar disso, como lembra o Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, o Brasil, no campo econômico, "toma suas decisões de forma soberana, independente", atendo-se, entretanto, às regras que conduzem o comércio internacional.

O Brasil, destacadamente nas últimas duas décadas, empreende esforços cada vez maiores com o objetivo de diminuir o nível de dependência externa de sua economia. Isso fica bem visível ao se examinar o comportamento do setor exportar do País no período: diversificou produtos e mercados — a indústria nacional de tesouras, por exemplo, segundo Ikeda, exporta hoje para cerca de 70 países, diminuindo, assim, a dependência de um só pólo econômico — no caso, os Estados Unidos. A par disso, como lembra o secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento, o embaixador José Botafogo Gonçalves, o país se esforça para estreitar o relacionamento com países da América Latina, da África e do

Oriente Médio e procura "normalizar" o relacionamento com os grandes países do mundo socialista — União Soviética e China. Colocam-se, com imensuráveis sacrifícios, atualmente, produtos manufaturados, produtos primários e serviços no mercado exterior.

Tendo como objetivo básico superar o constrangimento do balanço de pagamentos, empresários do setor privado e também do setor público lutam, atualmente, de forma obstinada para ampliar a penetração de produtos e serviços brasileiros no mercado internacional. A tarefa, entretanto, é difícil, porque há uma recessão nas economias industrializadas, o que vem provocando o recrudescimento generalizado de práticas protecionistas.

Mas o grande problema, por hora, é o balanço de pagamentos, cujo desequilíbrio vem elevando os níveis de endividamento externo do País, fazendo com que, neste ano, tenham que ser desembolsados nada menos que 18 bilhões de dólares. Isso dificulta sobremaneira a administração da dívida externa, que deverá fechar o ano em 80 bilhões de dólares. Ao contrário, entretanto, do que aconteceu, por exemplo, com o México, o Brasil vem administrando corretamente a sua dívida, através de uma estratégia baseada no alongamento dos prazos dos empréstimos externos

- na base mínima de 8 anos - apesar disso vir significando "spreads" (taxas de risco cobradas sobre as taxas nominais de juros) maiores. O ministro Delfim Netto, do Planejamento, costuma, aliás, dizer que "a dívida externa é a coisa mais bem administrada do País".

É por causa de estratégias como essa que o Brasil continua dispondo de crédito no mercado financeiro internacional, embora haja, nesses dias, um agravamento da saúde econômica de diversos países, o que vem trazendo intranquilidade aos banqueiros. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), por exemplo, nesta semana vai assinar com a Comunidade Econômica Europeia, em Londres, um contrato de empréstimo de 600 milhões de dólares, fechando, assim, o ciclo de financiamento externo para o Projeto Carajás-Ferro. Esse empreendimento, aliás, é o grande trunfo das autoridades econômicas brasileiras para futuramente equilibrar as contas externas. Para se ter ideia da credibilidade inspirada pelo projeto - que, até 1990, deverá gerar 20 bilhões de dólares — é necessário lembrar que o exigente BIRD (Banco Mundial) deu o seu aval para o aporte, por parte da CVRD, de 1,55 bilhão de dólares no mercado externo, participando inclusive com um empréstimo de 304 milhões de dólares. (J.B.).